
**A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO MORAL E VIOLÊNCIA:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO**

Sabrina Sacoman Campos Alves¹
Adrian Oscar Dongo Montoya²

Resumo

A violência é um fenômeno muito presente na sociedade atual, suas proporções e consequências geram medo e indignação. A escola tem sido cenário de diferentes formas de tal fenômeno. Dada a atualidade do assunto e necessidade de reflexão sobre o tema, este artigo discute a relação entre o desenvolvimento moral e a avaliação da violência em crianças e adolescentes, e, ainda, como esta relação se estabelece em ambientes educacionais sociomoraes cooperativos e coercitivos. Os resultados nos permitem concluir que existe correlação entre o desenvolvimento moral e a avaliação da violência dos sujeitos. E, ainda, que ambientes educacionais sociomoraes cooperativos possibilitam aos sujeitos maior desenvolvimento da noção de respeito e uma avaliação mais crítica das situações de violência.

Palavras Chave: Juízo Moral; Respeito; Violência; Piaget.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Campus de Marília/SP. Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil em Colégio da Rede Privada de Ensino de Marília/SP. E-mail: sabrina.unesp@bol.com.br

² Professor Titular da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Campus de Marília/SP. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Epistemologia Genética e Educação - GEPEGE. E-mail: dongomontoya@hotmail.com

**THE RELATIONSHIP BETWEEN MORAL DEVELOPMENT AND VIOLENCE:
CONTRIBUTIONS TO EDUCATION**

Abstract

Violence is a very present phenomenon in current society, their proportions and consequences generate fear and indignation at all. The school has been scenario of different forms of this phenomenon. Given the topicality of the subject and the need for reflection on the topic, this article discusses the relationship between the moral development and evaluation of violence in children and teenagers, and, yet, as this relationship settles into educational environments sociomoraís cooperative and coercive. The results allow us to conclude that there is no relationship between the moral development and evaluation of violence of the subject. And, yet, that educational environments enable cooperative sociomoraís to further development of the concept of respect and a more critical assessment of situations of violence.

Keywords: Moral judgment; Respect; Violence; Piaget.

Introdução

O panorama social atual nos revela uma realidade um tanto quanto preocupante no que diz respeito ao fenômeno violência. Os problemas causados pela violência não atingem apenas algumas parcelas da sociedade, mas ela como um todo; a violência gera consequências desagradáveis para o bem estar individual e coletivo, incluindo seus aspectos afetivos, emocionais, sociais, econômicos, dentre outros. Diversas formas de violência tem se destacado em nossa sociedade, intensificadas por aspectos atuais como, por exemplo, o consumismo exacerbado e o mau uso da internet.

A violência, entretanto, não é um fenômeno exclusivo dos tempos atuais, ela perpassa toda a história da humanidade, se apresentando de diferentes formas em cada lugar e tempo, como nos coloca Zaluar (1996). Mesmo as sociedades primitivas, como as tribais, por exemplo, já possuíam suas formas

próprias de violência, muitas vezes consequência das guerras e disputas entre tribos.

Porém, as formas atuais do fenômeno têm assumido proporções muito intensas e devastadoras, gerando sentimentos sociais diversos, como o medo, a indignação e a revolta. Diversos estudos têm demonstrado que a violência tem se apresentado muito intensa nas últimas décadas. Segundo Adorno, “Não obstante os avanços democráticos e as profundas modificações pelas quais a sociedade brasileira tem passado nos últimos quinze anos, o regime democrático coincide com a ocorrência de uma verdadeira explosão de violência no seio da sociedade”. (ADORNO, 2002, p. 98)

Instituições educacionais, bem como as de recuperação social, também têm sofrido com a presença e as consequências da violência. Muitas instituições, inclusive, acabam por estabelecer uma forma de violência própria, em função da maneira como as regras são colocadas e vivenciadas (JUSTO, 1997).

Acreditamos que pensar soluções para o problema da violência requer a reflexão do mesmo, visando uma compreensão das suas características. Nesse sentido, questionamos: Existe uma relação entre o desenvolvimento do respeito e a elaboração da noção de violência em crianças e adolescentes? E essa relação se modifica em sujeitos de ambientes educacionais diferentes? Será que regras impostas coercitivamente promovem somente a submissão à autoridade do adulto ou ao mais forte e com isso impedem o desenvolvimento do respeito à vontade alheia? Não será o uso sistemático da coerção como forma de educação que estaria promovendo e justificando o uso da força para submeter e usar o outro como objeto da vontade daquele que exerce o poder? Não seria justamente essa forma de relação humana que estaria na origem da violência?

Para pensarmos a questão da moralidade presente no juízo das crianças e adolescentes sobre o fenômeno da violência, buscamos compreender melhor como ocorre a construção da moralidade nos sujeitos, baseando-nos na teoria de Jean Piaget. Concebendo o sujeito como ativo no processo de desenvolvimento, nesse caso em especial no processo de desenvolvimento moral, tal teoria possibilita pensarmos que as crianças e adolescentes que vivenciam um ambiente cooperativo, participando ativamente das questões sociomorais em que estão envolvidas, podem alcançar um maior desenvolvimento moral, que se expressa por uma forma de respeito que Piaget denomina como Respeito Mútuo, e, assim, podem chegar a uma avaliação de situações de violência mais crítica, segundo nossa hipótese.

Relação entre juízo moral e violência

De acordo com Piaget (1994, p.23), “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Iniciamos, portanto, nossa reflexão destacando como Piaget, de forma muito clara, expõe, logo no início de sua obra, que o respeito às regras é aspecto central para compreendermos a moralidade. Na sequência, ainda, na obra “O juízo moral na criança” (1994), Piaget explica que o respeito que o sujeito estabelecerá pela regra está diretamente ligado ao respeito que estabelece com quem constrói ou transmite tal regra.

A moral, segundo Piaget, divide-se em dois processos distintos, em que um precede o outro: heteronomia e autonomia. Sendo que, anteriormente, existe um período da vida do sujeito em que ele desconhece as regras, tal período foi chamado, pelo autor, de anomia. Piaget não se deteve ao estudo da anomia, afinal não se pode dizer que exista, de fato, moral nesse período da vida, uma vez que o sujeito está à parte de um mundo regrado.

A heteronomia, o primeiro dos processos pelo qual passa o sujeito, trata-se de uma moral exterior ao indivíduo, ou seja, as regras são impostas pelo outro, mais velho, que para o sujeito é visto como uma autoridade, e devem ser aceitas. Trata-se, portanto, da moral da obediência ou “do dever”, como coloca Piaget, em que as regras são consideradas sagradas, imutáveis e obrigatórias, sendo obedecidas não por compreensão, mas pelo dever de obedecer à autoridade. A relação entre os sujeitos, portanto, é baseada na coação.

Nesse período, ainda, o sujeito vivencia o que Piaget denominou “Realismo Moral”, ou seja, a tendência em considerar as regras e seus valores como subsistentes em si e obrigatórios independente das circunstâncias. O realismo moral, expressão do realismo infantil, é resultante do encontro entre o egocentrismo infantil e a coação adulta. Então, é característica do realismo moral a criança considerar a regra como algo externo, proveniente do adulto, que deve ser seguido ao pé da letra. É característica, também, do realismo moral o julgamento baseado na responsabilidade objetiva.

A responsabilidade objetiva, produto da coação moral, leva a criança a realizar um julgamento moral em função das consequências materiais e não das intenções envolvidas. Sendo as regras exteriores à criança, torna-se crucial que ela as obedeça fielmente e não as modifique. Nesse tipo de julgamento, então, a criança acaba por propor sanções expiatórias, muito rígidas, para as faltas que resultaram em prejuízo material.

Em contrapartida, a autonomia é uma moral interior ao indivíduo, ou seja, as regras são construídas pelo próprio sujeito em um acordo mútuo com o coletivo. Assim, as regras somente são obrigatórias quando compreendidas e consentidas pelo sujeito, podendo ser modificadas de acordo com a vontade do sujeito e do grupo. A relação entre os sujeitos é baseada na cooperação.

A autonomia requer que o indivíduo seja capaz de se colocar no lugar do outro e fazer com que os valores sejam universais.

Nesse período, então, o sujeito realiza julgamentos morais pautando-se na responsabilidade subjetiva, que é marcada pela capacidade de se descen- trar. O sentimento de dever em relação à regra ou aos valores está ligado à coo- peração. Então, não são mais as consequências materiais que são levadas em conta ao realizar um julgamento moral, mas as intenções envolvidas na situa- ção. Dessa forma, quando se vê a necessidade de aplicar uma sanção, opta-se por uma sanção mais leve e relacionada ao ato cometido.

Tanto a heteronomia como a autonomia se caracterizam por um tipo de relação social e, logo, por um tipo de respeito. Na heteronomia, em que a relação social predominante é a coação, prevalece o respeito unilateral, no qual existe uma desigualdade entre aquele que respeita e o que é respeitado. Nesse caso, a regra é coercitiva, obrigatória, de origem adulta ou divina, sendo neces- sário conformar-se a ela. Na autonomia, em que a relação predominante é a co- operação, prevalece o respeito mútuo, no qual os sujeitos se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. A regra é, então, cooperativa, pois as cri- anças vivenciam as regras de acordo com a cooperação, reconhecem que as re- gras podem ser construídas e modificadas em função do acordo mútuo e da reciprocidade.

Entendendo o desenvolvimento da moralidade assim como propôs Piaget, acreditamos que o desenvolvimento moral do sujeito está diretamente relacionado com a construção da noção de violência e, em decorrência disso, será então capaz de avaliar situações que envolvam tal fenômeno. Afinal, para que a sociedade possa conviver pacificamente se faz necessária a construção de regras, que sejam compreendidas, aceitas e concordadas por todos. A forma

como os sujeitos respeitam essas regras, a si próprio e as pessoas que as transmitem faz com que determinadas situações tomem caráter violento ou não.

La Taille (2009), tratando da violência, vai retomar seu significado no dicionário e encontra como definição a coação, ou seja, o emprego da força para constranger o outro, fisicamente ou psicologicamente. Então, a violência supõe a privação da liberdade da pessoa violentada e o abuso de poder de quem violenta. A violência, portanto, faz-se muito próxima da questão moral já que está baseada na forma como se dá o respeito entre as pessoas e entre as pessoas e as regras.

Ações de coação em que a força, seja ela física ou não, é utilizada com uma intenção negativa desrespeitam a integridade do outro, negando-o como sujeito e tratando-o como um objeto que pode ser manipulado. O desrespeito à integridade do outro se faz, assim, violência, pois supõe o interesse somente no bem próprio (individual e coletivamente) e não no bem do outro.

Compartilhamos, então, da definição de violência, vista em seus aspectos morais, colocada por La Taille: “Podemos, portanto, no plano moral, nos inspirar no imperativo categórico kantiano e definir violência como um ato que coloca outrem como meio e não como fim. A violência traduz um uso instrumental de outrem, uma negação de seu estatuto de sujeito” (LA TAILLE, 2009, p.3322).

Tognetta (TOGNETTA, 2005, 2008, 2010), também salienta as questões morais presentes na violência, destacando a questão do respeito. Em especial, essa autora destaca que os sujeitos que praticam violência não respeitam o outro, uma vez que não mantêm por si um autorespeito.

É claro, portanto, com base na definição de moral e em como a construção dessa moralidade acontece de acordo com a teoria de Piaget, que a vio-

lência possui características morais e que o respeito, em especial, é aspecto central na construção da noção de violência dos sujeitos, o que reflete na forma como julgam as situações de violência. E, baseados nessa hipótese, realizamos nossa pesquisa de campo, cujos procedimentos e resultados serão a seguir apresentados.

As avaliações das crianças e adolescentes sobre moral e violência

Com o intuito de verificar se existe relação entre o juízo moral, mais especificamente entre a noção de respeito, e a avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes, realizamos entrevistas, pautadas no Método Clínico desenvolvido por Piaget, com oitenta sujeitos com idade entre sete e quatorze anos, frequentadores do Ensino Fundamental. Para verificar se o ambiente educacional sociomoral influencia nessa relação, realizamos a pesquisa em duas escolas com ambientes sociomorais diferentes, assim: quarenta sujeitos da pesquisa são frequentadores de uma escola com ambiente sociomoral cooperativo e quarenta sujeitos são frequentadores de uma escola com ambiente sociomoral coercitivo.

Entendemos como ambiente sociomoral as relações estabelecidas dentro do ambiente escolar, incluindo a forma como os sujeitos interagem, como as regras são propostas e cobradas, quais as formas de sanção que são aplicadas, quais valores morais são ressaltados, que tipo de respeito prevalece, entre outros. Tais relações podem acontecer de forma coercitiva ou cooperativa, de acordo com a proposta adotada pela escola.

Para certificarmos-nos de que os ambientes educacionais possuíam os caracteres cooperativo e coercitivo, realizamos observações, entrevistas com os educadores, análise documental e, posteriormente, aplicamos um instrumento desenvolvido por Tognetta (2003), que se trata de uma escala de caracterização de ambiente.

Os resultados dessas avaliações dos ambientes educacionais nos permitiram concluir que uma das escolas possui, de fato, um ambiente sociomoral coercitivo, pautando suas práticas prioritariamente no respeito unilateral, e o grupo de alunos que entrevistamos nessa escola foi denominado G1. Verificamos, ainda, que a outra escola possui, de fato, um ambiente sociomoral cooperativo, em que as práticas se pautam prioritariamente no respeito mútuo, e o grupo de alunos que entrevistamos nessa escola foi denominado G2.

Ao entrevistar as crianças, de forma individual, contávamos as histórias e pedíamos que a criança recontasse, para sabermos se realmente havia compreendido; em seguida, utilizando o Método Clínico, iniciávamos um diálogo em que algumas perguntas eram direcionadas, mas, principalmente, em que se buscava deixar que a criança colocasse sua argumentação e as perguntas se direcionassem em compreender o raciocínio que a fez chegar à determinada conclusão.

Nossa análise das entrevistas ocorreu da seguinte forma: primeiramente, realizamos uma análise global das entrevistas de acordo com as faixas etárias, ou seja, sujeitos de ambas as escolas foram agrupados, respeitando uma divisão de idade (7 e 8 anos, 9 e 10 anos, 11 e 12 anos, e, 13 e 14 anos), para analisarmos as respostas sobre respeito e sobre violência com todos os sujeitos. Em seguida, realizamos a análise da frequência destas respostas, de forma global e em cada um dos grupos. Depois, realizamos a análise da correlação entre as o desenvolvimento do respeito e a avaliação das situações de violência, de forma geral e nos grupos (G1 e G2) separadamente. Por fim, realizamos a análise dos resultados encontrados nas entrevistas de acordo com o referencial teórico abordado.

Para analisar as respostas dos sujeitos a cada uma das histórias contadas com conteúdo moral, seguimos os mesmos critérios utilizados por Pi-

aget (1994). As respostas que se pautaram em responsabilidade objetiva, sanção expiatória, autoridade e responsabilidade coletiva foram julgadas como relativas ao respeito unilateral. As respostas, por outro lado, que se pautaram em responsabilidade subjetiva, sanção por reciprocidade, igualdade e responsabilidade individual foram julgadas como relativas ao respeito mútuo. Existiram, em todas as histórias, os casos intermediários, que se tratam daqueles que oscilam entre as respostas. Citaremos apenas alguns exemplos de respostas.

Para melhor compreensão, esclarecemos que na história do pãozinho e da fita, uma das histórias utilizadas na pesquisa e que será citada como exemplo aqui, Piaget propõe duas situações: a primeira diz que um menino encontra um amigo muito pobre, que estava com fome porque não havia alimento em sua casa, então, ele entra em uma padaria e, como não tem dinheiro, aproveita a distração do padeiro, rouba um pãozinho e dá ao amigo; a segunda história diz que uma menina entra em uma loja e vê uma fita que gosta muito e que ficaria bem em sua roupa, então, quando a vendedora está de costas, ela rouba a fita e sai da loja.

Exemplo de respostas pautadas em Responsabilidade Objetiva:

YAS (2º ano/ 7 anos) - História do pãozinho e da fita: (Conta corretamente a história) Existe um que é mais vilão que o outro? *O do Alfredo.* Por quê? *Porque ele pegou sem pagar e... Parece que é mais caro.* Por que ele pegou o pão? *Pra dar pro amigo dele com fome.* E a menina? Por que ela pegou a fita? *Porque ela achou bonita.* Você acha que é preciso puni-los? *Sim.* Qual dos dois você puniria mais? *O Alfredo.* Por quê? *Porque ele tá mais errado...*

Exemplo de respostas pautadas em Responsabilidade Subjetiva:

LAU (8º ano/ 13 anos) - História do pãozinho e da fita: (Conta corretamente a história) Existe um que é mais vilão que o outro? *Eles não precisavam roubar, podiam ter pedido, mas eu acho que o da menina tá mais errado, porque a fita é*

pro interesse dela mesmo, não pra ajudar alguém. É preciso puni-los? Ah, eu acho que uma boa conversa com os dois. Qual você puniria mais? O da menina também né, porque como eu disse, foi por interesse próprio e não pra ajudar, como no caso dele né.

Exemplo de respostas consideradas casos Intermediários:

LUC (5º ano/ 10 anos) - História do pãozinho e da fita: (Conta corretamente a história) Existe um que é mais vilão que o outro? *Os dois tá errado pra mim. Por quê? Porque roubar não é certo, porque tem que esperar ter dinheiro. É preciso puni-los? Sim. Qual você puniria mais? Puniria igual. Por quê? Porque se eles roubaram tem que ter a mesma punição, porque roubar é feio e pode até ir preso. Só que se o menino que tava com fome contasse que o outro deu talvez ele pudesse ser menos castigado. E você puniria qual se isso acontecesse? Os dois, o menino uns dias a menos talvez.*

Para analisarmos as respostas dos sujeitos às histórias com conteúdo de violência e à entrevista pessoal sobre violência, consideramos a questão do respeito e utilizamos os critérios de respostas pautadas em “Princípios Externos”, “Princípios Internos” e casos “Intermediários”.

As histórias sobre violência apresentaram situações de racismo, agressão física e bullying. Também realizamos uma entrevista pessoal, em que buscamos avaliar se o sujeito reconhece que as histórias anteriormente contadas a eles apresentam situações de violência, se reconhece situações de violência vivenciadas em sua própria vida, quais os sentimentos da pessoa que exerce violência e da pessoa que é violentada, e, como define violência.

Então, analisamos como respostas pautadas em princípios externos aquelas que recorrem especificamente a questões de pura agressão física, crime, autoridade e outros aspectos que não enxergam a questão da intencionalidade em desrespeitar o outro. As respostas que se pautaram no respeito, na igualda-

de, no colocar-se no lugar do outro e em outros aspectos que remetem a valores de bem, foram avaliadas como pautadas em princípios internos. Os casos considerados intermediários foram aqueles em que os sujeitos alternaram as respostas entre princípios internos e externos.

Exemplo de respostas pautadas em Princípios Externos:

JEF (6º ano/ 11 anos) - Entrevista – Bloco4: Como você define violência? Bater nas pessoas. Por que isso é violência? Porque se tá relando na pessoa. E o que não é violência? Xingar. Por que isso não é violência? Porque eu acho que xingar é bullying e bullying eu acho que não é violência.

Exemplo de respostas pautadas em Princípios Internos:

HUG (7º Ano/ 12 anos) - Entrevista – Bloco4: Como você define violência? *Qualquer coisa que você faça intencionalmente e que deixe uma pessoa triste, uma pessoa magoada, uma pessoa nervosa, isso é violência.* E o que não é violência? *Não violência é uma forma civilizada de tratar as pessoas. Se você tem um problema vai lá e conversa, por exemplo. Não fica querendo destruir.*

Exemplo de resposta considerada caso Intermediário:

LUI (3º ano/ 8 anos) - Entrevista – Bloco4: Como você define violência? *Violência é bater, ficar xingando o outro, porque quer machucar e ofender.* E o que não é violência? *Não é... Violência não é... Falar educado com a pessoa, baixo, não precisa gritar... Tratar bem, respeitar, sem querer machucar e ofender.*

Ao analisar os dados encontrados no geral, sem considerar a divisão dos ambientes sociomoraes, constatamos que há uma evolução do desenvolvimento da noção de respeito, partindo do respeito unilateral para o respeito mútuo. Também constatamos que há, igualmente, uma evolução do desenvolvimento da avaliação de situações de violência, partindo das avaliações pautadas em princípios externos para as avaliações pautadas em princípios internos. No-

tamos, ainda, que essas evoluções ocorrem solidariamente, demonstrando uma relação entre o desenvolvimento de ambas as variáveis.

Ao analisarmos os dados obtidos nos grupos de cada um dos ambientes pesquisados, primeiramente no grupo G1, que vivencia um ambiente educacional sociomoral coercitivo, e depois no grupo G2, que vivencia um ambiente sociomoral cooperativo, constatamos que o mesmo acontece, há um desenvolvimento de ambas as variáveis, de forma solidária, nos dois grupos.

Chegamos à conclusão, portanto, de que há relação entre o desenvolvimento moral, mais especificamente a noção de respeito, e o desenvolvimento da avaliação de situações de violência em crianças e adolescentes com idade entre sete e quatorze anos.

Tal relação foi encontrada tanto na análise qualitativa como quantitativa dos resultados, concretizadas por meio de cruzamento dos dados, relação dos dados com o referencial teórico e testes estatísticos.

Para verificar a correlação estatística, foi aplicada a *Análise de Correlação de Spearman* (medida estatística de correlação não-paramétrica, ou seja, avalia uma função monótona arbitrária, que pode ser a descrição da relação entre duas variáveis), com o intuito de verificarmos os graus de relacionamento entre as variáveis de interesse, nesse caso, violência e respeito. O resultado desta análise é composto por uma tríade de valores: Coeficiente de Correlação indica o comportamento de uma variável frente a outra, podendo ser positivo ou negativo, ou seja, se for positivo, as duas variáveis contrapostas apresentam comportamento paralelo, e, se for negativo, as duas variáveis contrapostas apresentam comportamento oposto.

Também, comparando os grupos G1 e G2, os resultados qualitativos e quantitativos demonstraram uma efetiva diferença na maioria das variáveis.

Notamos, ainda, que nas variáveis respeito unilateral e violência princípio externo, o grupo G1 apresenta valores maiores do que o grupo G2; e, nas variáveis respeito mútuo e violência princípio interno, o grupo G1 apresenta valores menores do que o grupo G2. Comprovando que o ambiente sociomoral cooperativo possibilita um maior desenvolvimento moral e uma avaliação mais crítica da violência.

Para a análise quantitativa, foi realizada a análise estatística de comparação entre os grupos, utilizando o Teste de Mann Whitney, que se trata de um teste não paramétrico, utilizado para comparar médias de duas amostras independentes.

A análise estatística foi realizada tanto na comparação entre os grupos de forma geral, para a totalidade dos sujeitos, como também considerando cada faixa etária em específico.

A comparação estatística entre os grupos G1 e G2 por faixa etária demonstra que as variáveis do respeito unilateral e violência pautada em princípios externos apresentam números maiores entre os sujeitos do grupo G1; e as variáveis respeito mútuo e violência princípio interno apresentam números maiores entre os sujeitos do grupo G2. Ainda, que a faixa etária 1 (7 e 8 anos) foi a que apresentou, de modo geral, maior incidência de diferença significativa entre os grupos, seguida da faixa etária 4 (13 e 14 anos).

Considerações Finais: contribuições para a educação

Concluimos, portanto, que os resultados encontrados em nossa pesquisa demonstram que há correlação entre o desenvolvimento do respeito e a avaliação de situações de violência nas crianças e adolescentes. Existe uma gênese do respeito em tais sujeitos, ou seja, um desenvolvimento do respeito uni-

lateral em direção ao respeito mútuo, paralelamente ao desenvolvimento na forma de compreender e avaliar a violência.

Tais resultados estão em acordo com os trabalhos de Piaget sobre o desenvolvimento moral (1994). Isso nos permite compreender que o respeito é fator essencial para o desenvolvimento moral, pois o como o sujeito respeita o outro é que permitirá ou não a construção interna das regras, princípios e valores.

Constatada, pois, a correlação entre o desenvolvimento do respeito e a avaliação de situações de violência, verificamos ainda, em nossa pesquisa, que o ambiente educacional sociomoral cooperativo apresentou um número maior de sujeitos nos quais prevalece o respeito mútuo e a avaliação crítica da violência, pautando-se em princípios internos. Isto ocorre tanto no geral como em cada faixa etária pesquisada.

Notamos, também, uma antecipação dos sujeitos deste ambiente educacional no desenvolvimento do respeito e na avaliação crítica da violência, sendo que na primeira faixa etária pesquisada, ou seja, nos sujeitos com idade entre sete e oito anos, já encontramos um número significativo de sujeitos com esses tipos de juízo.

Tais resultados também estão em consonância com a explicação de Piaget sobre a moralidade. Afinal, o próprio Piaget (1994) ressaltou que é vivenciando a cooperação e o respeito mútuo que a criança se desenvolve moralmente e pode chegar à autonomia.

A nossa contribuição se voltou à procura de explicações, do ponto de vista psicogenético, quanto às origens da violência junto ao desenvolvimento da moralidade na criança; mais especificamente, nossa contribuição consistiu em vincular a evolução do julgamento da violência à evolução do julgamento mo-

ral, fator fundamental para compreendermos o fenômeno violência e poder, então, auxiliar nas buscas de formas de combate a esse fenômeno.

Nossos resultados nos levam a refletir sobre a situação atual da educação e de como a violência vem sendo encarada e combatida pela escola.

Infelizmente, a grande parte das realidades educacionais que conhecemos não está preparada para formar sujeitos autônomos e lidar com as situações de violência. Parece que a indisciplina, vista como o desrespeito às leis e à autoridade, tem sido encarada pela escola como o foco principal e, assim, problemas como a violência têm ficado em segundo plano. Outras vezes, também, a escola parece tentar se eximir do problema, transferindo para a família toda a obrigação de resolvê-lo. Busca-se, prioritariamente, a formação de sujeitos obedientes e “bem comportados”, que dominem os conteúdos, mesmo que de forma decorada, e simplesmente executem as regras.

Como podemos pensar em uma construção de valores e princípios morais que norteiem a avaliação da violência, realizadas pelas nossas crianças e adolescentes, de modo a levar em conta o respeito ao outro, se para a escola, na maioria das vezes, determinadas regras autoritárias e sem sentido são mais valorizadas do que as próprias pessoas?

A maioria das nossas escolas insiste em perpetuar um sistema educacional reforçador da heteronomia, pautado no autoritarismo e na passividade, acreditando que os valores e princípios, assim como os conteúdos das disciplinas, podem ser implantados nos sujeitos. Esse tipo de ambiente educacional apenas é capaz de formar sujeitos heterônomos, presos ao respeito unilateral, que dependem da aprovação ou reprovação externa para agir. São sujeitos incapazes de se colocar no lugar do outro e de, portanto, respeitá-lo em sua integridade, assim como gostariam de ser respeitados.

A presente pesquisa nos demonstra, por meio dos resultados do grupo G2, que frequenta um ambiente escolar sociomoral cooperativo, que é possível propor às crianças e adolescentes um ambiente educacional sociomoral favorável ao desenvolvimento moral e à construção de uma noção de violência pautada em princípios de respeito mútuo.

O ambiente sociomoral cooperativo, em que o respeito mútuo e a reciprocidade são elementos essenciais, favorece a troca de pontos de vista e a capacidade de se colocar no lugar do outro. Nele o desenvolvimento moral é possível e o sujeito pode chegar cada vez mais próximo à autonomia moral. Segundo Piaget (1994, p.155), “A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”.

Notamos, nas respostas dos sujeitos que possuem um maior desenvolvimento do respeito e uma avaliação mais crítica da violência, pautada em princípios internos, como o outro é levado em consideração, como o respeito ao outro, que está diretamente ligado ao respeito a si e aos valores e princípios construídos no sujeito, é fator fundamental para avaliar a violência. Esses sujeitos salientam, em suas falas, o quanto a ação dos personagens das histórias e os autores de violência mencionados nas entrevistas parecem não compreender que não gostariam que aquilo estivesse acontecendo com eles próprios e que é preciso se colocar no lugar da vítima para saber como ela está sofrendo e o quanto aquela atitude não é boa. Esses sujeitos, com certeza, estão mais próximos da autonomia, pois esta implica compreender as razões e as implicações coletivas das nossas ações e juízos.

Podemos, então, como educadores, compreender que é preciso refletir cada vez mais sobre a relação entre o respeito e a violência, para que a nossa ação seja direcionada por essa concepção. É nosso papel propiciar às crianças e

adolescentes ambientes educacionais em que o desenvolvimento moral seja favorecido e em que a violência possa ser vista de uma forma crítica.

Segundo a ONU (1999, p. 2-3), uma cultura de paz em nossa sociedade requer valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilo de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência, na promoção e na prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno direito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, de opinião e de informação; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.

Assim, uma educação para a paz requer que meninos e meninas, independentemente de qualquer coisa, aprendam a colocar-se no lugar do outro e compreendam que o bem e o respeito deve ser o fim das relações.

Referências

ADORNO, S. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. V. & SPOSITO, M. P. (Org.). Juventude em debate. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JUSTO, J. S. A institucionalização vivida pela criança de orfanato. In: MERISSE, A. (Org.). Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte e Ciência, 1997, p. 71-92.

LA TAILLE. Y. de. Moralidade e violência: a questão da legitimação dos atos violentos. *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, v. 17, p. 329-341, 2009.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994. 302p.

TOGNETTA, L. R. P. A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 263 p.

_____. O mapa do problema escolar: quando a cidadania parece não ser possível. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DO PROEPRE. Águas de Lindóia, 2005. Anais... LPG/FE/Unicamp, 2005, p. 109-120.

_____. Violência na escola x violência da escola. VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR – EDUCERE E O III CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS– CIAVE. Curitiba (PR), 2008. Anais... Curitiba: PUC, 2008. p. 11747-11761.

TOGNETTA, L. R. P. et al. Um panorama geral da violência na escola... e o que se faz para combatê-la. Campinas: Mercado de letras, 2010. 110p.

ZALUAR, A. Da revolução ao crime S/A. São Paulo: Moderna, 1996. 128p.